

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Consócios

No cumprimento das disposições estatutárias, submetemos à vossa apreciação o relatório e as contas do exercício de 2008.

As acções relevantes do 82º exercício encontram-se pormenorizadas neste relatório.

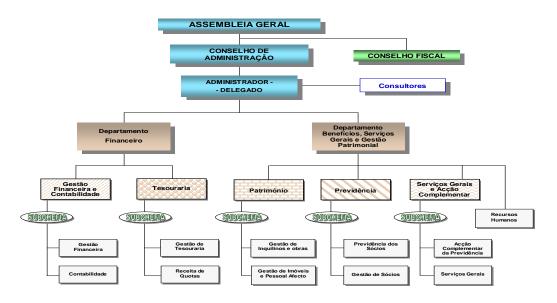
# NDICE

I.	A II	NSTITUIÇAO	3
	1.	A Organização	3
	2.	A Aposentação de Colaboradoras	4
	3.	A Cessação Da Colaboração Do Assessor Informático	4
	4.	Os Órgãos Sociais	4
	5.	Funcionários e Demais Colaboradores	4
II.	A A	ACTIVIDADE SOCIAL	5
	1.	A Aprovação Do Novo Regulamento Do Plano Segurador	5
	2.	O Movimento associativo	5
		2.1. O subsídio por morte	5
		2.2. Rendas vitalícias constituídas e em vigor	6
		2.3. Os Seguros Sociais Como Componente De Apoio À Reforma e à	
		Protecção Da Família	7
		2.4. O desenvolvimento das novas modalidades de seguros sociais	8
		2.5. Divulgação do Plano Segurador	12
	3.	A Gestão Financeira e Patrimonial	12
		3.1. Os papéis de crédito	12
		3.2. Depósitos Bancários e o conjunto do investimento (excepto imóveis) .	13
		3.3. A exploração dos imóveis	13
	4.	Plano estratégico para 2009	14
	5.	O Octogésimo Segundo Exercício	17
	6.	Outras Actividades Sociais	18
		6.1. Utilização dos Pavilhões do Centro de Férias da Foz do Arelho	18
		6.2. Acordos e protocolos com outras entidades	18
	7.	Proposta Para Distribuição Do Saldo Líquido Do Exercício	19



## 1. A ORGANIZAÇÃO

Como base da reorganização, actualizamos a informação sobre os Recursos Humanos, apresentando o organograma em vigor:



## e, ainda, o actual quadro de pessoal:

PESSOAL	CATEGORIA	N°
Dir. Departamento	Dir. Serviços	2
Subchefe	Chefe de Secção	2
Tesoureiro	Tesoureiro	1
Assistente Administrativo	Especialista	2
Assistente Administrativo	Principal	1
Assistente Administrativo	Assistente Administrativo	11
Telefonista/recepcionista	Telefonista/recepcionista	1
Porteiro	Porteiro	1
Auxiliar Serv. Gerais	Contínuo	1
Porteira/Prédio urbano	Porteira/Prédio urbano	23

No âmbito da organização procurou-se ajustar a estrutura dos recursos, tendo em conta que as exigências se multiplicam, obrigando ao acompanhamento na área da formação.

## 2. A APOSENTAÇÃO DE COLABORADORAS

Em 2008 aposentaram-se duas Chefes de Secção: D. Maria Clara de Castro Sena Freirinha e D. Graça Maria da Costa Constantino Miguel, que dedicaram à Caixa mais de 30 anos de Serviço.

Em relação à primeira, salienta-se o seu desempenho, como Tesoureira, tendo participado com dedicação e competência no processo de reorganização.

O Conselho de Administração manifesta-lhes público reconhecimento e o louvor devido à qualidade dos seus Serviços.

## 3. A CESSAÇÃO DA COLABORAÇÃO DO ASSESSOR INFORMÁTICO

Desde a implementação da informática na CPME, em 1988, que o Senhor João Maria Amaral Pais de Faria participou em diversos projectos na área informática.

A sua competência permitiu que os Serviços da CPME ultrapassassem diversas dificuldades.

O Conselho de Administração agradece e louva publicamente a colaboração e a dedicação sempre manifestadas.

## 4. OS ÓRGÃOS SOCIAIS

Ao Conselho Fiscal e demais membros dos Órgãos Sociais o Conselho de Administração presta o seu reconhecimento pela forma empenhada e colaborante como têm participado na vida associativa da Instituição.

#### 5. Funcionários e Demais Colaboradores

Para os funcionários e demais colaboradores externos, que, dedicadamente, contribuíram para o resultado deste exercício, o reconhecimento deste Conselho.

# II. ACTIVIDADE SOCIAL

## 1. A APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DO PLANO SEGURADOR

Foi aprovado em Assembleia Geral de 28/11/2008 e homologado por despacho Ministerial de 22/12/2008, o novo regulamento de benefícios, no âmbito dos seguros sociais, que abrange as seguintes modalidades:

Seguro de Vida Inteira; Seguro de Reforma;

Seguro de Prosseguimento de Estudos

Seguro de Maioridade; Seguro de Lazer

Capitais Diferidos com Opção; Capital Repartido; Capital Duplo.

### 2. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Para análise do movimento de sócios, apresentamos a distribuição nas duas vertentes, que passamos a referir:

Art<sup>o</sup> 1º do Estatuto – Subsídio por morte (modalidade da constituição da Caixa).

Art<sup>0</sup> 1<sup>o</sup> A do Estatuto – Seguros Sociais, implementados em 2002.

#### **2.1.0** SUBSÍDIO POR MORTE

O desenvolvimento, no exercício, em relação ao subsídio por morte, é o seguinte:

Subsídio por morte (artº. 1º do estatuto)

	Nº	N⁰ Falecidos		Transf. em			Sócios contribuintes		
Anos	Início do ano	Susp.	Com direitos	renda vitalícia	Anulação Susp.	Demissão	Total	Direitos Susp.	A pagar Quotasr
2006	13 825	4	184	20	2	7	13 621	904	12 717
2007	13 618	8	199	17	22	16	13 359	890	12 469
2008	13 347	4	215	16	121	8	12 995	773	12 222

<sup>\*</sup> A idade média destes sócios eleva-se a 66,50 anos.

A redução do número de sócios suspensos integra-se num programa que vem sendo desenvolvido pelos Serviços, pela aplicação das disposições estatutárias, relativamente à falta de contacto com sócios suspensos há mais de 20 anos.

O benefício do rateio sobre o subsídio subscrito é realçado no quadro seguinte, relativo a sócios falecidos no último triénio:

### **Subsídios Legados**

Designação	2006	2007	2008
Sócios falecidos	184	199	215
Sócios falecidos com direitos suspensos	4	8	4
Subsídios subscritos	31.284,03	39.108,25	39.429,11
Subsídios legados correspondentes	102.815,19	113.443,17	138.249,89
Maior subsídio legado	2.193,29	3.140,68	5.993,48
Menor subsídio legado	60,35	59,35	56,73

### 2.2. RENDAS VITALÍCIAS CONSTITUÍDAS E EM VIGOR

A renda vitalícia resulta da transformação da reserva matemática do subsídio por morte, após a aposentação do sócio, como alternativa ao recebimento, em vida do sócio, de um benefício resultante dos descontos efectuados.

2006

20

311

81

2007

17 323

80

O quadro seguinte reflecte a evolução verificada no último triénio.

Rendas vitalícias constituídas e em vigor

Beneficiários / Valor

Transformação em renda vitlícia

Sócios pensionistas

Beneficiários de sócios

2000
16
329
74

Valores em Euros

 Beneficiários do extinto Montepio do Professorado Primário
 51
 50

 Totais
 443
 454
 453

 Rendas vitalícias (s/bonificação)
 16.356,17
 17.194,51
 18.510,18

## 2.3.OS SEGUROS SOCIAIS COMO COMPONENTE DE APOIO À REFORMA E À PROTECÇÃO DA FAMÍLIA

Os seguros sociais implementados em 2002 projectam-se nos seguintes termos:

Em benefício do sócio - Seguro de Reforma e Seguro de Lazer

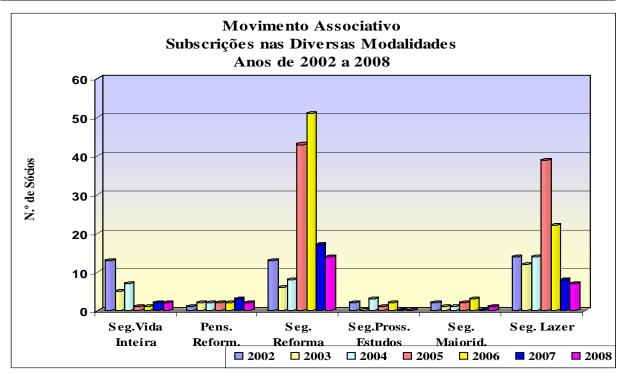
Em benefício da família do sócio - Seguro de Vida Inteira; Seguro de Prosseguimento de Estudos e Seguro de Maioridade

No exercício de 2008 venceu-se a primeira semestralidade de um Seguro de Prosseguimento de Estudos, pelo que o Balanço apresenta a provisão subdividida em Seguro de Prosseguimento de Estudos – Formação e Curso.

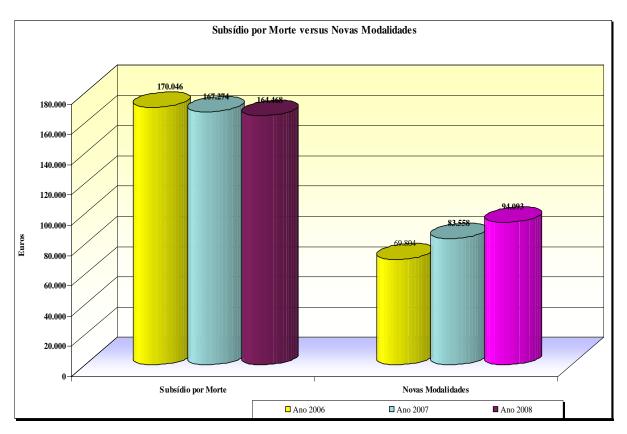
O movimento de sócios e subscrições disponibiliza-se no quadro e gráfico seguintes:

Seguros sociais (artº. 1º A do Estatuto)

Ano	SVI	PR	SR	SPE	SM	SL	Total	Total
Allo	3	FN	3K	3FE	SIVI	3L	Subscrições	Novos sócios
2006	1	2	51	2	3	22	81	66
2007	2	3	17	0	0	8	30	20
2008	2	2	14	0	1	7	26	17



<sup>\*</sup> A idade média destes sócios eleva-se a 49 anos.



O total anual das quotas recebidas encontra-se expresso neste gráfico, comparando as modalidades de seguros de 1926 com as implementadas em 2002.

#### 2.4. O DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS MODALIDADES DE SEGUROS SOCIAIS.

Face à experiência com os seguros praticados e as condicionantes com que se debatem os profissionais, promoveu-se o estudo de outras modalidades, que foram aprovadas em Assembleia Geral de 28/11/2008 e cujo detalhe se apresenta.

Assim, o plano de seguros, a partir de Janeiro de 2009 é o seguinte:

	EM BENEFÍCIO DO SÓCIO/FAMÍLIA				
DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES	Capitais Diferidos com Opção	Capital Repartido	Capital Duplo		
Pagamento de 5 em 5 anos , de 1/3 ou 1/4 do capital, conforme o prazo:15 ou 20 anos.	SIM				
Pagamento de um capital a 1/3, 2/3 e fim do prazo que pode ser 15, 18, 21 ou 24 anos. Pagamento da totalidade do capital em caso de morte do Subscritor antes de terminar o prazo.		SIM			
Pagamento de um capital no fim do prazo de 15, 20, 25 anos, em caso de vida do Subscritor. Pagamento de um capital se o Subscritor falecer, antes ou depois de terminar o prazo.			SIM		
Sujeito a aprovação médica	SIM (caso geral)	SIM	SIM		
Não sujeito a aprovação médica	Se for liberado				
Idade limite de subscrição	61 ** (90 se for liberado)	61 ** mas idade+prazo ≤81	61 ** mas idade+prazo ≤81		
Limite conjunto do valor das subscrições nesta e noutras modalidades	NÃO TEM	25.000 €	25.000 €		
Valores mínimo e máximo de subscrição no plano A (0%) - Capital e quota constantes	1.200 €- 24.000 €	1.000 € - 25.000 €	1.000 € - 25.000 €		
Valores mínimo e máximo de subscrição no plano B (5%) - Capital e quota crescentes 5% ao ano em progressão geométrica	600 € - 12.000 €	500 € - 12.500 €	500 € - 12.500 €		
Empréstimos sobre as quotas pagas para a modalidade	NÃO	NÃO	NÃO		
Empréstimos sobre as reservas matemáticas	SIM	SIM	SIM		
Levantamento de quotas pagas para a modalidade	NÃO	NÃO	NÃO		
Resgate	SIM	SIM	SIM		
** Idade Actuarial					

	EM BENEFÍC	EM BENEFÍCIO DO SÓCIO		
DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES	Reforma	Lazer		
Pagamento de um capital ao Subscritor quando atingir 65 anos	SIM			
Pagamento de um capital ao Subscritor no termo do prazo escolhido: 15, 20, 25 anos		SIM		
Sujeito a aprovação médica	NÃO	NÃO		
Idade limite de subscrição	55	61 **		
Limite conjunto do valor das subscrições nesta e noutras modalidades	NÃO TEM	NÃO TEM		
Valores mínimo e máximo de subscrição no plano A (0%) - Capital e quota constantes	1.000 €- 25.000 €	1.000 € - 25.000 €		
Valores mínimo e máximo de subscrição no plano B (5%) - Capital e quota crescentes 5% ao ano em progressão geométrica	500 € - 12.500 €	500 € - 12.500 €		
Empréstimos sobre as quotas pagas para a modalidade	SIM	SIM		
Empréstimos sobre as reservas matemáticas	NÃO	NÃO		
Levantamento de quotas pagas para a modalidade	SIM	SIM		
Resgate	NÃO	NÃO		
** Idade Actuarial				

DESCRIÇÃO DOS RENEFÍCIOS E	EM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA DO SÓCIO				
DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES	Vida Inteira	Prosseguimento de Estudos	Maioridade		
Pagamento de um capital em caso de morte do Subscritor	SIM				
Pagamento de 12 semestralidades a um jovem, indicado pelo Subscritor, a partir do momento em que aquele completar 18 anos		SIM			
Pagamento de um capital a um jovem, indicado pelo Subscritor, quando aquele atingir 18 anos			SIM		
Sujeito a aprovação médica	SIM	SIM (caso geral)	SIM (caso geral)		
Não sujeito a aprovação médica		Se for liberado	Se for liberado		
Idade limite de subscrição	61 **	61 ** (90 se for liberado)	61 ** (90 se for liberado)		
Limite conjunto do valor das subscrições nesta e noutras modalidades	25 000 €	25.000 € (*)	25.000 €		
Valores mínimo e máximo de subscrição no plano A (0%) - Capital e quota constantes	1.000 €- 25.000 €	250 €-2500€	1.000 €- 25.000 €		
Valores mínimo e máximo de subscrição no plano B (5%) - Capital e quota crescentes 5% ao ano em progressão geométrica	500 € - 12.500 €	150 € - 1 500 €	500 €- 12.500 €		
Empréstimos sobre as quotas pagas para a modalidade	NÃO	NÃO	NÃO		
Empréstimos sobre as reservas matemáticas	SIM	SIM	SIM		
Levantamento de quotas pagas para a modalidade	NÃO	NÃO	NÃO		
Resgate	SIM	SIM	SIM		

<sup>\*</sup> Para este efeito a subscrição é multiplicada por 10

<sup>\*\*</sup> Idade Actuarial

## 2.5. DIVULGAÇÃO DO PLANO SEGURADOR

De acordo com o plano estratégico, investiram-se esforços na divulgação dos seguros e demais benefícios, junto do público alvo, disperso por Serviços e estabelecimentos de Ensino.

O incentivo à poupança procura chegar junto dos possíveis candidatos, manifestando-se a abordagem com sinais positivos pela imagem e conhecimento.

O aumento das subscrições tem evoluído positivamente, pese embora o momento de crise.

#### 3. A GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

### 3.1. OS PAPÉIS DE CRÉDITO

Os títulos de obrigações consolidados de 1940 e de 1942, apresentam, à data de 31 de Dezembro, uma cotação inferior ao preço de compra, sendo a menos valia superior à de 31 de Dezembro de 2007. Porém, como as taxas de rendimento fixo de 4% e 3%, se aplicam sobre o valor nominal, o rendimento mantém-se.

A diferença de rendimento representada no quadro seguinte, deve-se ao facto dos juros do último trimestre dos Consolidados a 4% só terem sido disponibilizados em Janeiro de 2009.

A evolução dos últimos anos é discriminada no quadro que se segue:

Carteira global de títulos – Consolidados de 1940 e 1942

Valores em euros

Anao		Rendimento		
Anos	Compra	31 de Dezembro	Valias (+/-)	Rendimento
2006	73 049,46	44 661,29	-28 388,17	2 300,38
2007	73 049,46	45 750,64	-27 298,82	2 300,38
2008	73 049,46	32 037,79	-41 011,67	2 165,71

Durante o exercício foi introduzida no Balanço a alteração respeitante à conta Ajustamentos Financeiros, relativa aos Títulos da Dívida Pública, que transitou do Passivo para o Activo.

## 3.2. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E O CONJUNTO DO INVESTIMENTO (EXCEPTO IMÓVEIS)

A prudência da gestão, implícita nas disposições estatutárias e regulamentares, nomeadamente no que respeita às aplicações financeiras, e a situação do mercado não têm permitido grandes alterações nestes investimentos.

Ilustra-se esta situação com os quadros seguintes, que reflectem a composição do investimento e o respectivo rendimento, nos últimos três anos.

Composição do investimento em 31 de Dezembro (excepto imóveis)

	Va	lores	em	Euros
--	----	-------	----	-------

Anos	Dep. a Prazo	Papéis de Crédito	Empréstimos	Totais
2006	2 270 000,00	73 049,46	390 166,92	2 733 216,38
2007	2 134 000,00	73 049,46	401 390,12	2 608 439,58
2008	1 984 000,00	73 049,46	367 741,22	2 424 790,68

## Rendimentos destas aplicações

١/٥	loroc	٥m	Furos	
VН	mes	em	Euros	

Anos	Dep. a Prazo	Papéis de Crédito	Empréstimos	Totais
2006	66 723,87	2 300,38	24 102,63	93 126,88
2007	91 394,45	2 300,38	20 069,30	113 764,13
2008	107 026,87	2 165,71	17 142,03	126 334,71

## 3.3. A EXPLORAÇÃO DOS IMÓVEIS

Efectivaram-se obras de conservação geral nos seguintes edifícios: Av. Duque de Loulé, 93/95B; Av. Almirante Reis, 250; Av. Defensores de Chaves, 36; Rua Capitão Renato Baptista, 27/27A; Rua Tenente Espanca, 26/26C; Av. Estados Unidos da América, 38/38A e Av. Estados Unidos da América, 130, que contribuíram para a valorização dos edifícios, conforme se expressa no mapa detalhado dos imóveis.

Foram realizadas, ainda, obras de carácter urgente e inadiável nos seguintes imóveis: Rua Nova da Trindade, nº1/1D; Av. da Liberdade 1/7 e Rua da Glória, 2A; Rua 1º de Dezembro, 55/65 e Rua Sampaio Pina, 2/14. Também estas contribuíram para a valorização dos imóveis.

Concretizaram-se, no exercício, 24 novos contratos de arrendamento, de natureza habitacional e não habitacional.

O quadro seguinte identifica os dados estatísticos do triénio.

Investimento e exploração de imóveis

Valores em euros

Referências	2006	2007	2008
Investimento (Grandes obras)	848 690,39	584 435,48	591 950,92
Rendas cobradas e Benef. de penalidades contratuais	1 532 625,91	1 635 607,63	1 688 937,29
Despesas de exploração	594 236,89	596 544,75	436 838,43
Resultado de exploração	938 389,02	1 039 062,88	1 074 878,57

Tal como se refere no plano estratégico, a recuperação de andares devolutos tomou novas proporções, pelo que o investimento nesta área será o grande objectivo para o ano de 2009.

#### 4. PLANO ESTRATÉGICO PARA 2009

Nos termos da alínea e) do Art.º 20º do Estatuto da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, na sua redacção do Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho, o Conselho de Administração elaborou o programa de actividades para o exercício de 2009, que contempla a seguinte estratégia:

#### 1. ATRIBUIÇÃO AOS SÓCIOS DOS BENEFÍCIOS ESTATUTÁRIOS

Estes incluem, designadamente:

- a) Pagamento de subsídios por morte aos herdeiros dos sócios falecidos;
- b) Pagamento aos beneficiários de rendas vitalícias, instituídas pelo sócio, através da transformação do valor do subsídio constituído;
- c) Pagamento de seguros sociais e benefícios, nos termos do regulamento aprovado;
- d) Projecção de novas modalidades de seguros sociais, para maior cobertura, no âmbito da protecção do sócio e da sua família;
- e) Concessão aos sócios de empréstimos de âmbito caracterizadamente social: para construção ou compra de habitação própria; para obras em casa própria; para ocorrer a despesas com cuidados de saúde do sócio ou do seu

agregado familiar; para aquisição de equipamento educativo e profissional, bolsas de estudo ou ainda para outras finalidades, que se encontrem estabelecidas estatutariamente;

- f) Concessão de empréstimos, não incluídos na alínea anterior, aos sócios subscritores de determinadas modalidades de seguro que os permitem, sobre o valor das respectivas reservas matemáticas, nuns casos, ou sobre o valor das quotas pagas, noutros casos;
- g) Propiciar aos sócios condições preferenciais no arrendamento de fogos em imóveis propriedade da Caixa;
- h) Facultar aos sócios e seus agregados familiares estadas nos pavilhões, de sua propriedade, localizados no Centro de Férias do INATEL, na Foz do Arelho e cuja exploração é da responsabilidade desta Fundação.

## 2. DIVULGAÇÃO JUNTO DO SEU MERCADO POTENCIAL DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

O mercado potencial da Caixa de Previdência é constituído pelo universo dos que exercem ou exerceram funções docentes ou não docentes no Ministério da Educação e do Ensino Superior, e nos Serviços por eles tutelados, bem como no ensino particular e cooperativo.

Reforçar a divulgação dos benefícios disponibilizados, quer através de site próprio, quer por folhetos, brochuras e cartazes, considerando que, em 28/11/2008, foram aprovadas novas modalidades de Seguros Sociais.

#### 3. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Prosseguir as acções de formação do pessoal e planificar os estudos adequados à certificação de qualidade.

## 4. ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO INFORMÁTICA

#### 4.1. DESENVOLVIMENTO EM TERMOS DE HARDWARE E SOFTWARE.

Na sequência da aprovação das novas modalidades de seguros deverá desenvolver-se o sistema informático para resposta às aplicações de software.

Na sequência dos trabalhos iniciados nos últimos anos, deverá desenvolver-se a reorganização dos serviços internos, salientando-se, no âmbito informático, a comunicação com o exterior e a necessidade do permanente acompanhamento das aplicações de software e do hardware.

## 4.2. CLASSIFICAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM ARQUIVO.

Deverá dar-se continuidade ao processo de classificação de documentos para microfilmagem ou digitalização, com vista a uma reorganização dos arquivos da Caixa, em termos de modernidade, economia de espaço e facilidade de consulta.

### 5. DINAMIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DOS IMÓVEIS.

## 5.1. CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E DE FOGOS HABITACIONAIS.

Os imóveis propriedade da Caixa, integram o seu capital financeiro e constituem a principal fonte de auto financiamento.

O número de prédios e a sua antiguidade obrigam a programas e cuidados específicos em obras de conservação que compreendem: conservação exterior; remodelação de elevadores; colunas de electricidade, gás e águas.

Também a recuperação de andares devolutos, tomou novas proporções em função das alterações sucessivas das leis do arrendamento.

Criar novo Mapa de Obras, de modo a definir as prioridades com vista a melhorar os aspectos fundamentais do parque imobiliário e desenvolver em 2009 a recuperação de andares para colocação no mercado de arrendamento, com vista à melhoria da taxa média de rendimento, como garante da solidez da Instituição.

## **5.2.** DINAMIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DOS IMÓVEIS, TENDO EM VISTA:

- a) a actualização dos seguros contra incêndio;
- b) a actualização do imobilizado.

## 6. RENEGOCIAÇÃO COM O **INATEL** DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DOS PAVILHÕES DE FÉRIAS.

Revisão da Convenção com o INATEL, de acordo com as conversações iniciadas há alguns anos.

### 5. O Octogésimo Segundo Exercício.

No cumprimento das disposições estatutárias vigentes e de acordo com o parecer da empresa de auditoria, Sousa Santos & Associados, Lda., procedeu-se à alteração da contabilização das reservas matemáticas das rendas vitalícias, do subsídio por morte e outros seguros sociais, que deixaram de figurar no Capital Próprio, passando para o Passivo. Idêntico tratamento foi utilizado para as Melhorias do Rateio, conforme se refere no anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Indica-se de seguida a estatística sobre as parcelas de rendimento e respectivas taxas:

Posição de cada parcela dos valores de rendimento no seu valor final

Anos	2006	2007	2008
Papéis de crédito	0,15 %	0,15 %	0,14%
Prédios de rendimento	94,18%	94,49	94,67
Hipotecas para habitação	0,74 %	0,55 %	0,47 %
Hipotecas para obras	0,17%	0,17%	0,28%
Depósitos em Bancos	4,72 %	4,62%	4,41%
Empréstimo Apoio à Família	0,03 %	0,03 %	0,02 %

#### Taxas médias de rendimento:

Taxa geral	2,08%	2,29%	2,37%
Decomposição:			
Papéis de crédito	3,15 %	3,15 %	2,96 %
Prédios de rendimento	2,01 %	2,19 %	2,24 %
Hipotecas para habitação	5,07 %	5,41 %	5,48%
Hipotecas para obras	5,40 %	5,12 %	2,47 %
Depósitos em Bancos	2,86 %	3,93 %	4,78 %
Empréstimo Apoio à Família	5,08%	4,70%	4,57%

A evolução positiva da taxa média de rendimento manifesta a evolução consolidada do sistema.

A gestão dos investimentos carece de permanente atenção, nomeadamente nos imóveis e nos empréstimos a sócios.

A taxa das hipotecas para obras deve-se à reduzida expressão desta parcela de rendimento e à evolução do único processo em fase de instrução de obra. Nos termos regulamentares, a amortização inicia-se no final da obra, com a apresentação da respectiva licença Camarária.

### 6. OUTRAS ACTIVIDADES SOCIAIS

## 6.1. UTILIZAÇÃO DOS PAVILHÕES DO CENTRO DE FÉRIAS DA FOZ DO ARELHO

A utilização dos dois pavilhões, propriedade desta Caixa, manteve-se estável, tendo feito uso dos mesmos 41 sócios e 70 familiares.

#### **6.2.** ACORDOS E PROTOCOLOS COM OUTRAS ENTIDADES

Mantêm-se os acordos e protocolos com diversas entidades na área do turismo, da assistência e das clínicas médicas e outros, com o benefício de descontos para os sócios que directamente contactam as entidades pretendidas, publicitadas no site da CPME.

## 7. Proposta Para Distribuição Do Saldo Líquido Do Exercício

Nos termos das disposições estatutárias e seguindo os critérios de prudência adoptados nos últimos exercícios, entende-se fundamentar a proposta de aplicação do resultado, com base no reforço das reservas, sem descer as percentagens de distribuição de melhorias pelos subscritores.

O exercício de 2008 foi concluído com um resultado líquido de €293.748,44.

Nestas circunstâncias, propomos que se considere:

- 1º O critério já adoptado na distribuição da parte do resultado, destinado a melhorias, com o objectivo de seguir um procedimento uniforme para todas as modalidades e que contemple equitativamente todas as subscrições;
- 2º Na distribuição do resultado, de acordo com o critério acima indicado, se mantenha:
  - a) O reforço do Fundo de Reserva Legal, com um valor superior ao mínimo fixado no parágrafo 3º do artº. 23º dos Estatutos;
  - b) O reforço do Fundo de Reserva Extraordinária;
  - c) O reforço da Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis;
  - d) A distribuição de uma parte, sob a forma de melhorias, pelas subscrições das diversas modalidades de previdência;
  - e) A valorização das rendas vitalícias em pagamento, ainda como parte da distribuição do resultado destinado a melhorias, nas seguintes condições:
    - e1) Manter o valor da renda mínima anual em 18 euros;
    - e2) Valorizar as demais rendas em 2%, sobre o valor processado no ano anterior;
    - e3) Excluir dessa valorização de 2% as rendas iniciadas em 2008 e 2009.

## Nestes termos propomos, ainda:

- 1º Que se aprove o seguinte procedimento para a distribuição da parte do resultado do exercício destinada a melhorias das subscrições de todas as modalidades de previdência:
  - a) Repartição do valor atribuído, proporcionalmente ao valor global das reservas matemáticas constituídas para cada modalidade (incluindo a prevista no artº. 1º dos Estatutos);
  - b) Distribuição do valor global correspondente a cada modalidade, por cada uma das respectivas subscrições, proporcionalmente ao montante das quotas pagas, por cada uma delas.
- 2º Que nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artº. 23º dos Estatutos e, de acordo com o critério definido no número 1º, propomos, também, que ao resultado do exercício, de **293.748,44 euros**, seja dada a seguinte aplicação (valores em euros):

a) Para Fundo de Reserva Legal	29%	85.187,05
b) Para Fundo de Reserva Extraordinária	28%	82.249,56
c) Para Reserva Extraordinária		
para Beneficiação de Imóveis	30%	88.124,53

d) Para distribuição pelos subscritores das diversas modalidades de previdência, na plenitude dos seus direitos sociais em 31/12/2008, 12%, assim, repartidos:

- Subsídio por Morte 32	2.810,69		
- Seguro de Vida Inteira	325,74		
- Pensões de Reforma	330,82		
- Seguro de Reforma	841,76		
- Seguro de Pros. de Estudos - Formação	138,96		
- Seguro de Pros. de Estudos – Curso	16,70		
- Seguro de Maioridade	121,62		
- Seguro de Lazer	663,52	12%	35.249,81

e) Para complemento das pensões de renda vitalícia a pagar durante o ano de 2009, nas condições atrás indicadas.

<u>1%</u> <u>2.937,48</u>

Totais <u>100%</u> <u>293.748,44</u>

Lisboa, 9 de Março de 2009

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

aa) António Manuel Dias Farinha

Nuno Tavares

José António Coelho Antunes

João Luís Cabral Picão Caldeira

Libânia Madalena Mateus Morais Mamede

## RELATÓRIO ACTUARIAL

### 31 de Dezembro de 2008

Na data de referência deste relatório, a *CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO* tinha 302 subscrições nas seis novas modalidades de seguro social, correspondendo a este número um aumento de 6,0% em relação ao ano anterior. É uma variação menor que a verificada há um ano, esperando-se que esta tendência seja invertida com a entrada em vigor das modalidades aprovadas no final do ano passado e já disponíveis para subscrição.

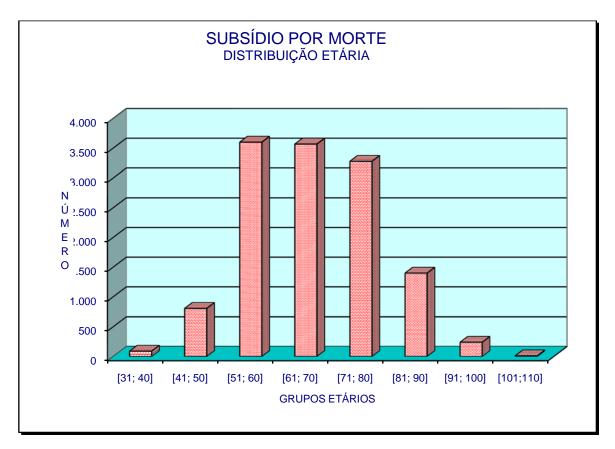
Na maior parte deste relatório continuamos a distinguir as modalidades antigas das introduzidas em 2002, uma vez que ainda não é prático comparar os valores quantificados relativamente a umas e outras. Em todos os quadros inseridos as grandezas financeiras estão expressas em euros.

#### 1. MODALIDADES ANTIGAS

Em 31 de Dezembro de 2008, contavam-se 12.995 subscrições em Subsídio por Morte (das quais 773 correspondiam a sócios suspensos) e 453 Rendas Vitalícias. O número de subscrições em Subsídio por Morte continua a decrescer e o número de sócios suspensos voltou a diminuir. A distribuição das subscrições é apresentada no quadro que a seguir se insere, sendo as Rendas Vitalícias expressas no seu valor anual:

Modalidades	Número de subscrições	Valores subscritos e melhorias	Quotização anual
Subsídio por Morte	12.995	9.559.006,22	163.155,96
Rendas Vitalícias	453	18.750,95	

A distribuição etária dos sócios subscritores de Subsídio por Morte, incluindo os suspensos, está representada no seguinte gráfico, que só difere do anterior por apresentar uma aproximação entre as alturas das colunas correspondentes aos escalões [51; 60] e [61; 70]:



A idade média desta população passou para 67 anos. Se se tivessem considerado também os subscritores das novas modalidades, a idade média seria 66 anos, o que mostra que o respectivo peso continua a fazer-se sentir.

As reservas matemáticas referentes ao Subsídio por Morte e às Rendas Vitalícias ascendem a **5.195.454,59** € parceladas da seguinte forma:

Modalidades	Reservas matemáticas
Subsídio por Morte	5.086.352,98
Rendas Vitalícias	109.101,61
Total	5.195.454,59

### 2. MODALIDADES INTRODUZIDAS EM 2002

Estas modalidades contam, como se referiu antes, com 302 subscrições. O quadro que se segue mostra, como é habitual, a sua distribuição, idades médias e valores actuais das subscrições, melhorias e da quotização mensal.

As subscrições de Pensões de Reforma referem-se ao valor anual e as de Seguro de Prosseguimento de Estudos referem-se a uma semestralidade. Por este motivo, não se apresenta a soma das subscrições e das melhorias.

	Número Idade média		Valores actuais		
Modalidades			Subscriçõe s	Melhorias	Quotas
Seguro de Vida Inteira	28	57	326.580,94	3.121,03	976,69
Pensões de Reforma	13	48	28.616,34	273,57	1.096,75
Seguro de Reforma	139	46	760.176,34	5.799,08	3.018,32
S. Prosseg. Estudos - Formação	7	51	4.052,33	53,35	425,69
S. Prosseg. Estudos - Curso	1	58	250,00	9,11	
Seguro de Maioridade	10	49	45.145,56	710,34	328,48
Seguro de Lazer	104	50	438.233,55	5.277,20	2.058,53
Totais	302	49			7.904,46

A análise deste quadro conduz às conclusões insertas em relatórios anteriores: a primeira é a preferência dos subscritores por modalidades em que os beneficiários sejam eles próprios; a segunda é a idade relativamente elevada com que subscrevem.

As reservas matemáticas destas subscrições (incluindo as melhorias) ascendem a 378.116,26 € assim parceladas:

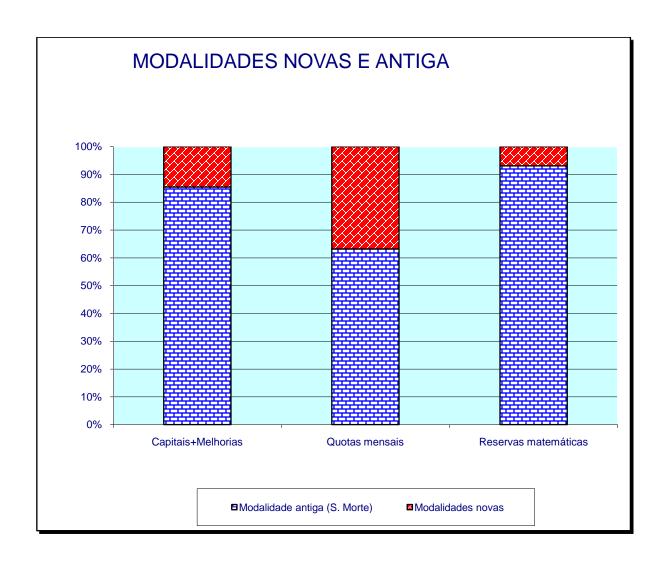
Madalidadaa	Reservas matemáticas			
Modalidades	Subscrições	Melhorias	Totais	
Seguro de Vida Inteira	48.811,06	1.686,07	50.497,13	
Pensões de Reforma	49.885,20	1.398,30	51.283,50	
Seguro de Reforma	127.083,98	3.407,35	130.491,33	
Seg. de Prosseg. de Estudos - Formação	21.045,18	497,06	21.542,24	
Seg. de Prosseg. de Estudos - Curso	2.497,95	91,03	2.588,98	
Seguro de Maioridade	18.260,45	592,88	18.853,33	
Seguro de Lazer	99.945,42	2.914,33	102.859,75	
Total	367.529,24	10.587,02	378.116,26	

O gráfico seguinte evidencia a distribuição percentual destas reservas:

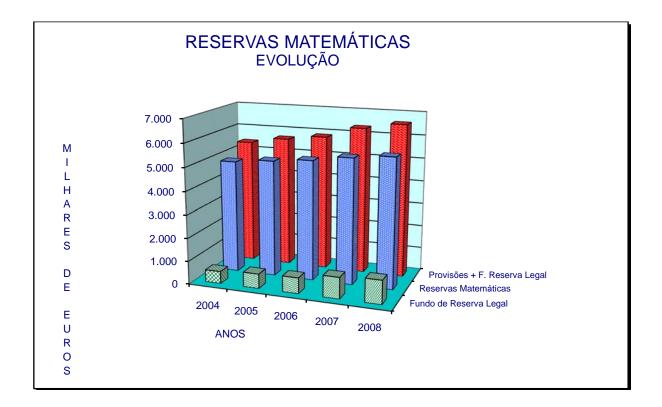


Vamos agora fazer a comparação destas modalidades com a antiga. Verificamos que os capitais subscritos e melhorias nas modalidades novas (e aqui houve que somar as subscrições) passaram a representar 14,4% do total (12,7% no ano anterior) e que as quotas mensais destas modalidades são já responsáveis por

36,8% da quotização total (33,6% no ano anterior). As reservas matemáticas representam apenas 6,9% do total, dado que se referem a subscrições com pouca antiguidade, mas esta percentagem também aumentou). A segunda coluna do gráfico seguinte mostra bem o peso crescente da quotização referente às novas modalidades.



A finalizar insere-se um gráfico que evidencia a evolução das reservas matemáticas totais e da sua cobertura nos últimos cinco anos. Continua a notar-se um maior incremento do Fundo de Reserva Legal, enquanto as reservas matemáticas apresentam uma variação praticamente linear.



As reservas matemáticas totais ascendem a **5.573.570,85** € e estão integralmente cobertas pelo activo líquido da Caixa. A situação técnico-actuarial continua muito boa.

Lisboa, 9 de Março de 2009

### O Actuário,

a) Nuno Rodrigues

Nuno José Botto dos Reis Rodrigues Actuário Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## **RELATÓRIO**

Em cumprimento dos preceitos estatutários, o Conselho Fiscal vem apresentar o relatório da actividade realizada durante o ano de 2008.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a acção desenvolvida pelo Conselho de Administração, efectuando a análise trimestral das contas, conforme previsto no Regulamento Estatutário da CPME.

## SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No ano de 2008, destaca-se a aprovação de novas modalidades de seguros sociais, em benefício do sócio e da família, diversificando, assim, as opções, nesta vertente.

Mereceu, também, destaque a transferência, no Balanço, das Reservas Matemáticas das Rendas Vitalícias e dos Seguros Sociais do Capital Próprio para o Passivo, de acordo com as disposições estatutárias vigentes.

Apesar do Resultado Líquido apresentar um decréscimo em relação ao do ano anterior foram atingidos os principais objectivos da gestão.

Relativamente aos Resultados Operacionais, pode-se constatar que os mesmos continuam a apresentar valor negativo, sendo compensado pelos Resultados Financeiros, cujo montante é de 1.813.087,30 (mais € 70.878,55 que o ano anterior), contribuindo dessa forma para um Resultado Líquido positivo no montante de 293.748,44.

## **PARECER**

Face ao exposto no relatório, propõe-se que, em relação ao exercício de 2008:

- 1. Se aprove o relatório do Conselho de Administração;
- 2. Se aprovem as contas do exercício;
- 3. Se aprove a distribuição do resultado do exercício nos termos propostos pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 16 de Março de 2009

## O Conselho Fiscal,

aa) Alípio Marques Magalhães FernandesJosé da Graça Lourenço QuitérioMaria de Fátima Silva Santos Mendonça

## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

POC			2008		euros
POC	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	2007 ACTIVO LÍQUIDO
	IMOBILIZADO				
<b>42</b> 422 4261 4262 4263 429	Imobilizações cor pór eas  Edifícios e Outras Construções  Equipamento Administrativo - Móveis e Utensílios  Equipamento Administrativo - Material Informático  Equipamento Administrativo - Material Coz. e Refeitório  Outras Imobilizações Corpóreas	162.396,62 185.987,25 418.686,10 4.374,68 10.941,79	14.705,64 168.521,42 409.012,56 1.749,86 10.941,79	147.690,98 17.465,83 9.673,54 2.624,82	147.690,98 19.591,14 27.653,64 3.062,30
	- -	782.386,44	604.931,27	177.455,17	197.998,06
41 4141 4141 4141 4143 4144 4163 4152	Investimentos Financeiros Investimento em Imóveis Edifícios: Terrenos (25%) Edifícios e Outras Construções (75%) Edifícios e Outras Construções (Reparações) Empréstimos sob Hipotecas para Habitação Empréstimos sob Hipotecas para Obras Empréstimos de Apoio à Família Títulos da Dívida Pública e Outros	9.659.801,88 28.979.405,63 9.895.527,82 210.113,54 150.036,05 7.591,63 73.049,46	14.620.076,60 1.286.992,00 41.011,67	9.659.801,88 14.359.329,03 8.608.535,82 210.113,54 150.036,05 7.591,63 32.037,79	9.659.801,88 14.359.329,03 8.016.584,90 249.594,42 137.110,57 14.685,13 73.049,46
	-	48.975.526,01	15.948.080,27	33.027.445,74	32.510.155,39
	CIRCULANTE				
251 2551 2553/4/8 25611 25612 2563/4/5 2567	Sócios - Prestações de Emprést. Habit. Vencidas Sócios - Prestações de Emprést. Obras Vencidas	4.649,87 9.976,13 1.622,52 97,25 68.347,10	68.347,10	4.649,87 9.976,13 1.622,52 97,25	1.677,26 4.468,26 1.014,10 567,05
2681 2689 26	Rendas de Imóveis por Cobrar Devedores Duvidosos - Proc. de Rendas Inquilinos Devedores Diversos	5.105,93 174.014,64 2.923,47	106.549,92	5.105,93 67.464,72 2.923,47	5.759,38 50.058,72 3.830,79
		266.736,91	174.897,02	91.839,89	67.375,56
12+13 11	Depósitos Bancários e Caixa Depósitos Bancários Caixa	1.999.552,58 918,63 2.000.471,21		1.999.552,58 918,63 2.000.471,21	2.143.919,58 1.896,92 2.145.816,50
	Total de Amortizações		604.931,27		
	Total de Provisões		16.122.977,29		
	TOTAL DO ACTIVO	52.025.120,57	16.727.908,56	35.297.212,01	34.921.345,51
	Contas de Ordem Hipotecas para Obras			5.000,00	30.000,00

Lisboa, 31 de Dezembro de 2008 A Directora do Departamento Financeiro Anabela Ferreira

O Administrador-Delegado José António Coelho Antunes

## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

POC		2008	2007
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	CAPITAL PRÓPRIO		
	Reservas Matemáticas e Estatutárias		
5511	Subsídios por Morte		5.025.220,4
5512	Rendas Vitalícias		104.247,7
513/191	Seguro de Vida Inteira		40.537,9
5514/192	Pensões de Reforma		37.000,6
5515/193	Seguro de Reforma		94.630,4
5516/194	Seguro de Prosseguimento de Estudos		17.808,
5517/195	Seguro de Maioridade		14.632,
5518/196	Seguro de Lazer		77.972,
52	Fundo de Reserva Legal	1.021.584,26	922.885,3
		1.021.584,26	6.334.935,6
	Reservas de Reavaliação de Imóveis		
560	Reservas de Reavaliação de Imóveis DL 49/91, DL 264/92	23.191.264,76	23.191.264,7
561	Reserva de Reavaliação de Imóveis DL 31/98	2.102.587,05	2.102.587,0
		25.293.851,81	25.293.851,8
	Reservas Especiais e Livres		
571	Reserva para Actualização de Rendas Vitalícias	004 000 00	004.000
573	Reservas para Assistência Social	294.323,80	294.323,8
575	Reserva Extraordinária	1.821.412,90	1.726.117,3
576	Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis	870.526,06	768.423,7
		2.986.262,76	2.788.864,9
59	Resultados Transitados		
88	Resultado Líquido do Exercício	293.748,44	340.341,0
00	Nesultado Eliquido do Exaldido	290.740,44	340.341,0
		29.595.447,27	34.757.993,4
	PASSIVO	20.000.447,27	04.707.500,-
	Provisões		
'	11011333		
49	Ajustamentos de Investimentos Financeiros		27.298,8
29601	Subsídios por Morte	5.086.352,98	,
29602	Rendas Vitalícias	109.101,61	
29603/901	Seguro de Vida Inteira	50.497,13	
29604/902	Pensões de Reforma	51.283,50	
29605/903	Seguro de Reforma	130.491,33	
29606/904	Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação	21.542,24	
29606/904	Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso	2.588,98	
29607/905	Seguro de Maioridade	18.853,33	
29608/906	Seguro de Lazer	102.859,75	
		5.573.570,85	27.298,8
	Dívidas a Terceiros - Curto prazo		
221	Fornecedores - Conta Corrente	667,29	379,7
225	Fornecedores com Depósito de Garantia		6.534,
24	Estado e Outros Entes Públicos	10.873,67	10.509,8
251	Sócios - Novas Modalidades	1.865,60	516,8
2551/2	Sócios - Quotas e Jóias Antecipadas	1.070,84	2.389,
2553/4/8	Sócios - Conta Corrente	755,76	2.364,
563/4/5	Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família		
2571/2/9	Subsídios por Morte	110.133,39	110.525,
2573/4	Rendas Vitalícias	12,24	280,
26	Credores Diversos	2.815,10	2.552,
		420,402,00	420.052.0
		128.193,89	136.053,2
	Total do Passivo	5.701.764,74	163.352,0
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	35.297.212,01	34.921.345,
			2 110 10,0
(	Contas de Ordem Credores de Hipotecas para Obras	5.000,00	30.000,

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

POC		20	08	2007	
	CUSTOS E PERDAS				
60	Custos I nerentes a Sócios		282.902,79		274.832,16
62	For necimentos e Serviços Externos		851.623,32		770.152,76
64	Custos com o Pessoal Remunerações Encargos Sociais	483.000,87 77.594,45	560.595,32	474.335,33 76.712,93	551.048,26
66 67	Amortizações e Ajustamentos do Exercício Provisões do Exercício	29.048,08 40.991,86	70.039,94	28.650,90 31.836,16	60.487,06
63 65	Impostos Outros Custos e Perdas Operacionais	31.942,80 36,19	31.978,99	28.023,53 36,10	28.059,63
		(A)	1.797.140,36		1.684.579,87
68	Juros e Custos Similares	95,35	95,35	115,07	115,07
		(C)	1.797.235,71		1.684.694,94
69	Custos e Perdas Extraordinárias		13.718,32		615,22
		(G)	1.810.954,03		1.685.310,16
38	Resultado Líquido do Exercício		293.748,44		340.341,09
			2.104.702,47		2.025.651,25
	PROVEITOS E GANHOS				
<b>7</b> 0	Proveitos Inerentes a Sócios	259.116,26		251.301,74	
<b>7</b> 6	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1.706,63	260.822,89	1.574,55	252.876,29
		(B)	260.822,89		252.876,29
<b>7</b> 8	Outros Juros e Proveitos Similares	1.813.182,65	1.813.182,65	1.742.323,82	1.742.323,82
		(D)	2.074.005,54		1.995.200,11
<b>7</b> 9	Proveitos e Ganhos Extraordinários		30.696,93		30.451,14
		(F)	2.104.702,47		2.025.651,25
	Resultados Operacionais: (B)-(A) Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A) Resultados Correntes: (D)-(C) Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)		-1.536.317,47 1.813.087,30 276.769,83 293.748,44		-1.431.703,58 1.742.208,75 310.505,17 340.341,09
	Lisboa, 31 de Dezembro de 2008				

Lisboa, 31 de Dezembro de 2008 A Directora do Departamento Financeiro Anabela Ferreira

O Administrador-Delegado José António Coelho Antunes O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

## Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

A Caixa de Previdência do Ministério da Educação, cuja criação foi aprovada pelo Decreto nº 12 695, de 19 de Novembro de 1926, funciona junto deste Ministério e destina-se a assegurar, no caso de morte de qualquer dos seus associados, um subsídio, com carácter de seguro de vida, aos seus herdeiros ou à pessoa ou pessoas para esse efeito designadas pelo sócio nos termos do Estatuto e seus regulamentos, bem como outras modalidades de previdência ou ainda acções de solidariedade social.

A CPME é uma Instituição de Previdência Social, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e rege-se pelos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 35 781 de 5/8/1946 com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nºs 193/97 de 29 de Julho e 34/2008 de 26 de Fevereiro.

A Contabilidade adopta o Plano de Contas das Associações Mutualistas designado por PCAM (Decreto-Lei nº 295/95 de 17 de Novembro), inspirado nos princípios e estrutura do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

O PCAM rege-se pelos princípios contabilísticos enunciados no POC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91 de 2 de Julho.

As isenções fiscais da CPME resultam principalmente do artº 25º do seu estatuto, sem prejuízo das isenções específicas, objectiva e subjectivamente, previstas nas legislações próprias de cada imposto.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano Oficial de Contabilidade, pelo que os números não identificados não têm aplicação, ou por inexistência ou por irrelevância da situação a relatar.

2 - Através da análise do Balanço, pode-se constatar que as Reservas Matemáticas dos subsídios e das Rendas Vitalícias deixaram, no ano de 2008, de figurar no Capital Próprio, passando para o Passivo tal como preconizado no parágrafo 1º do artº 23º do Decreto-Lei nº 193/97 de 29 de Julho.

Como as "melhorias do rateio" constituem responsabilidades actuariais decorrentes de melhorias introduzidas em cada um dos respectivos planos de benefícios concedidos aos associados, tiveram tratamento idêntico ao preconizado para as demais "reservas matemáticas".

Outra alteração introduzida no Balanço respeita à conta de Ajustamentos Financeiros relativa aos Títulos da Dívida Pública que transitou do Passivo para o Activo durante o ano em análise.

## 3 – Critérios valorimétricos utilizados

## 3.1 Imobilizado Corpóreo

O critério valorimétrico utilizado na valorização do imobilizado corpóreo é o custo de aquisição.

O método utilizado para o cálculo das amortizações é o das quotas constantes, sendo efectuado com base no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro, à excepção dos Pavilhões de férias da Foz do Arelho.

## **3.2** Investimentos Financeiros

No que respeita aos Investimentos em Imóveis foram realizadas reavaliações em anos anteriores ao abrigo das disposisições legais aplicáveis, referidas no ponto 11.

Os imóveis registados na rubrica de "Investimentos Financeiros" destinam-se ao rendimento. O edifício da sede consta nesta rubrica uma vez que tem integrada uma parte destinada ao rendimento.

Os títulos da Dívida Pública encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição. De acordo com a cotação a 31/12, é reforçada ou diminuída a provisão para a flutuação de valores.

## **3.3** Provisão para Cobranças Duvidosas

O ajustamento de dívidas a receber, relativamente a inquilinos e a empréstimos a sócios é calculado a 100% assim que se efectua a transição dos processos para os serviços jurídicos, salvo situações excepcionais deliberadas superiormente.

A respectiva provisão é reforçada à medida que se vencem as prestações/rendas não pagas e reduzida assim que se efectuam os pagamentos dos sócios/inquilinos.

## 3.4 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades subscritas pelos sócios.

No final de cada ano são calculadas de acordo com as seguintes bases técnicas:

Subsídio por Morte (antigo): HM - 3%

Rendas Vitalícias: CR - 3.5% ou CR - 3% (3.5% nas mais antigas e 3% nas mais modernas)

Modalidades introduzidas em 2002, excepto Pensões de Reforma: PM60G - 4%

Pensões de Reforma (modalidade desactivada em 2008): Em formação: PM60G - 4%

## 3.5 Capital Próprio

De acordo com o artº 23º, parágrafo 3º, a Caixa tem uma reserva legal "Constituída por uma percentagem não inferior a 20% do saldo da conta de gerência", que foi reforçada com 29% do resultado líquido do exercício de 2007.

O reforço das restantes reservas é condicionado aos montantes deliberados em Assembleia Geral por proposta do Conselho de Administração.

# 7 – A variação ocorrida durante o exercício relativamente ao número de pessoas ao serviço da CPME encontra-se no quadro seguinte:

Pessoal	31-12-2007	Entradas	Saídas	31-12-2008
Funcionários	22	3	3	22
Avençados	4	-	1	3
Porteiras	25	-	2	23

10 – Os movimentos, constantes do balanço, ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões, encontram-se no quadro seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVAL./ AJUSTAM.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ AMORT. EMPREST.	TRANSF. ABATES	SALDO FINAL
MOBILIZADO Imobilizações Corpóreas						
Edifícios e Outras Construções	162.396,62					162.396,62
Equipamento Administrativo - Móveis e Utens	180.806,56		5.180,69			185.987,25
Equipamento Administrativo - Material Inform	415.361,60		3.324,50			418.686,10
Equipamento Administrativo - Material Coz. e	4.374,68		·			4.374,68
Outras Imobilizações Corpóreas	10.941,79					10.941,79
	773.881,25		8.505,19			782.386,44
nvestimentos Financeiros Investimento em Imóveis Edifícios:						
Terrenos (25%)	9.659.801,88					9.659.801,88
Edifícios e Outras Construções (75%)	28.979.405,63					28.979.405,63
Edifícios e Outras Construções (Reparações)	9.303.576,90		591.950,92			9.895.527,82
Empréstimos sob Hipotecas para Habitação	249.594,42			39.480,88		210.113,54
Empréstimos sob Hipotecas para Obras	137.110,57		25.000,08	12.074,60		150.036,05
Empréstimos de Apoio à Família	14.685,13		,	7.093,50		7.591,63
Títulos da Dívida Pública e Outros	73.049,46			,		73.049,46
_	48.417.223,99		616.951,00	58.648,98		48.975.526,01

As variações ocorridas ao nível das imobilizações corpóreas referem-se à aquisição de bens móveis durante o exercício. Os aumentos dos investimentos em imóveis respeitam às grandes reparações.

RUBRICAS	SALDO	REFORÇO	ANULAÇÃO/	SALDO
	INICIAL		<b>REVERSÃO</b>	FINAL
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e Outras Construções Equipamento Administrativo - Móveis e Utens Equipamento Administrativo - Material Inform Equipamento Administrativo - Material Coz.e Outras Imobilizações Corpóreas	•	7.306,00 21.304,60 437,48 29.048,08		14.705,64 168.521,42 409.012,56 1.749,86 10.941,79 604.931,27
Investimentos Financeiros				
Investimento em Imóveis Edifícios: Terrenos (25%) Edifícios e Outras Construções (75%) Edifícios e Outras Construções (Reparações) Empréstimos sob Hipotecas para Habitação Empréstimos sob Hipotecas para Obras Empréstimos de Apoio à Família Títulos da Dívida Pública e Outros	14.620.076,60 1.286.992,00	41.011,67		14.620.076,60 1.286.992,00 41.011,67

O valor da provisão dos títulos da dívida pública aumentou no exercício de 2008 em 13 712.85 euros. Os restantes 27 298.82 euros correspondem a uma transferência do passivo para o activo.

15.907.068,60

12 - As reavaliações foram efectuadas com base nos seguintes Decretos-Leis: 49/91, 264/92 e 31/98

13 – As reavaliações efectuadas em anos anteriores encontram-se no quadro seguinte:

RUBRICAS	CUSTOS HISTÓRICOS (A)	REAVALIAÇÕES (A)(B)	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS (A)
nvestimentos Financeiros Investimento em Imóveis Edifícios:			
Terrenos (25%)	172.535,92		9.659.801,88
Edifícios e Outras Construções (75%)	517.607,76	14.359.329,03	14.359.329,03
Edifícios e Outras Construções (Reparações)	4.818.866,50	8.608.535,82	8.608.535,82
<u> </u>	5.509.010,18	22.967.864,85	32.627.666,73

41.011,67

15.948.080,27

- (A) Líquidos de amortizações
- (B) Englobam as sucessivas reavaliaç
- 15 Durante o presente exercício foi adquirida uma multifunções DP 3530, através de locação financeira, estando a prestação a ser reconhecida como custo. O montante total ascende a 5 884.22 euros e será para liquidar em 48 meses, com a opção de a adquirir pelo valor residual.

18 – Os títulos da Dívida Pública e as respectivas afectações, são as seguintes:

## MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Banco Natureza	Natureza	Nº dos	Ano de	Quant.	V. Nominal	Montante
	Nataroza	Certificados	Aquisição	Quant.	Unitário	Valor Nominal
CGD	Consolidado 4% - 1940	702	1.940	675	9,98	6.733,77
CGD	Consolidado 3% - 1942	233	1.943	13.573	4,99	67.701,84
	TOTAL					74.435,61

## (Continuação)

Natureza	Valor de Compra		Valor de Cotação em 31/12/2008			Mais e Menos
Natureza	Preço Médio	Valor Total	Preço % V	. Nominal	Valor Total	Valias
Consolidado 4% - 1940	8,43	5.692,87	57,83%	5,77	3.894,14	-1.798,73
Consolidado 3% - 1942	4,96	67.356,59	41,57%	2,07	28.143,65	-39.212,94
TOTAL		73.049,46			32.037,79	-41.011,67

Provisão para Flutuação de Valores - Papéis de Crédito					
Provisão para flutuação de valores em 31/12/2007	27.298,82				
Reforço da provisão no exercício	13.712,85				
Provisão para flutuação de valores em 31/12/2008	41.011,67				

23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a 174 897.02, repartindo-se da seguinte forma:

Sócios (empréstimos) = 68 347.10 euros

Inquilinos = 106 549.92 euros

29 – O valor das dívidas a terceiros (ou parte de cada uma delas) a mais de cinco anos, são apenas as dos subsídios por morte a prescrever, reflectidos na conta 2579 no valor de 43 537.63 euros.

## **34** – As contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos, desdobram-se nos quadros seguintes:

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
286	Sócios com Empréstimos de Cob Duv	68.347,10			68.347,10
288	Outras Dívidas de Terceiros - Inquilino	69.896,78	40.991,86	4.338,72	106.549,92
49	Provisão para Riscos e Encargos-Pap	27.298,82	13.712,85		41.011,67
		165.542,70	54.704,71	4.338,72	215.908,69

Modalidades	2.007	2.008	Variação	Transf. de reservas	Rateio de 2007	Reforço 2008
Subsídios por Morte	5.025.220,43	5.086.352,98	61.132,55		38.666,61	22.465,94
Rendas Vitalícias	104.247,78	109.101,61	4.853,83	568,45		4.285,38
Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	39.207,52	48.811,06	9.603,54		311,92	9.291,62
Pensões Reforma	35.934,85	49.885,20	13.950,35		284,70	13.665,65
Seguro de Reforma	92.041,50	127.083,98	35.042,48		728,13	34.314,35
Seguro de Prosseguimento de Estudo	17.371,36	23.543,13	6.171,77		137,02	6.034,75
Seguro de Maioridade	14.175,30	18.260,45	4.085,15		112,59	3.972,56
Seguro de Lazer	75.744,87	99.945,42	24.200,55		599,96	23.600,59
Melhorias - Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	1.330,40	1.686,07	355,67			311,92
Pensões de Reforma	1.065,83	1.398,30	332,47			284,70
Seguro de Reforma	2.588,97	3.407,35	818,38			728,13
Seguro Prosseguimento de Estudos	436,74	588,09	151,35			137,02
Seguro de Maioridade	457,48	592,88	135,40			112,59
Seguro de Lazer	2.227,26	2.914,33	687,07			599,96
Total	5.412.050,29	5.573.570,85	161.520,56	568,45	40.840,93	119.805,16

## **40** – A variação do Capital Próprio apresenta-se no quadro seguinte:

	SAPITAL PRÓPRIO	2008	2007
	leservas Matemáticas e		
55 <b>E</b>	statutárias		
5511	Subsídios por Morte		5.025.220,43
5512	Rendas Vitalícias		104.247,78
5513/9	Seguro de Vida Inteira		40.537,92
5514/9	Pensões de Reforma		37.000,68
5515/9	Seguro de Reforma		94.630,47
5516/9	Seguro Prosseguimento de Estudos		17.808,10
5517/9	Seguro de Maioridade		14.632,78
5518/9	Seguro de Lazer		77.972,13
552	Fundo de Reserva Legal	1.021.584,26	922.885,35
		1.021.584,26	6.334.935,64
R	eservas de Reavaliação de		
56 <b>I</b> r	nóveis		
560	Reservas de Reavaliação de Imóveis DL. 49/91, DL. 264/92	23.191.264,76	23.191.264,76
561	Reserva de Reavaliação de Imóveis DL. 31/98	2.102.587,05	2.102.587,05
		25.293.851,81	25.293.851,81
57 <b>R</b>	eservas Especiais e Livres		
573	Reservas para Assistência Social	294.323,80	294.323,80
575	Reserva Extraordinária	1.821.412,90	1.726.117,39
576	Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis	870.526,06	768.423,73
		2.986.262,76	2.788.864,92
59	Resultados Transitados		
88	Resultado Líquido do Exercício	293.748,44	340.341,09

Da análise do quadro tecemos as seguintes considerações:

Nos termos do estatuto da CPME as reservas matemáticas devem figurar no passivo.

No presente exercício foi efectuada a passagem do valor das reservas dos seguros sociais e das rendas vitalícias,

do Capital Próprio para o Passivo, reflectindo assim o cumprimento da obrigação estatutária.

As restantes reservas foram reforçadas de acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral de 31 de Março de 2008.

- **45** A demonstração dos resultados financeiros é apresentada a seguir.
- **46** A demonstração dos resultados extraordinários é apresentada a seguir.
- **47** Segundo o art. 20 nº 1 alínea f) compete ao Conselho de Administração promover a publicação na imprensa do relatório e contas da CPME, até oito dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

## Demonstração de Resultados Financeiros

							(em euros)
	CUSTOS E PERDAS	2008	2007		PROVEITOS E GANHOS	2008	2007
681 683 688	Juros suportados Amort. de invest. Imov. Outros custos e perdas finan	95,35	115,07	781 783 788	Juros obtidos Rend. de Empréstimos e Rendas Outros proveitos e ganhos fin.	109.409,82 1.703.772,83	93.944,19 1.648.379,63
	dos Financeiros	1.813.087,30 1.813.182,65	1.742.208,75 1.742.323,82	700	outros proveitos e garinos III.	1.813.182,65	1.742.323,82

## Demonstração de Resultados Extraordinários

							(em euros)
	CUSTOS E PERDAS	2008	2007		PROVEITOS E GANHOS	2008	2007
692	Outros custos e perdReg.Quot.CGA	5,47	1,88	792	Recuperação de dívidas		
695	Muitas e Penalidades		294,50	795	Benefícios de penalidades contr.	2.142,93	7.023,05
696	Aumento de Provisões	13.712,85		796	Reduções de Amort. Prov. e Reservas	4.338,72	9.040,49
698	Corr. relat. a exerc. anteriores		318,84	798	Outros prov. e ganhos extraordinários	24.215,28	14.387,60
Resultac	los Extraordinários	16.978,61	29.835,92				
		30.696,93	30.451,14			30.696,93	30.451,14
		30.696,93	30.451,14			30.696,93	3

O Administrador-Delegado José António Coelho Antunes O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

## Demonstração de Resultados Financeiros

						(em euros)
		2008	2007		2008	2007
	CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
681	Juros suportados		781	Juros obtidos	109.409,82	93.944,19
683	Amort. de invest. Imov.		783	Rend. de Empréstimos e Rendas	1.703.772,83	1.648.379,63
688	Outros custos e perdas finan	95,35	115,07 788	Outros proveitos e ganhos fin.		
Resulta	ados Financeiros	1.813.087,30	1.742.208,75			
		1.813.182,65	1.742.323,82		1.813.182,65	1.742.323,82

## Demonstração de Resultados Extraordinários

						(em euros)
		2008	2007		2008	2007
	CUSTOS E PERDAS			PROVEITOSE GANHOS		
692	Outros custos e perdReg.Quot.CGA	5,47	1,88 792	Recuperação de dívidas		
695	Muitas e Penalidades		294,50 795	Benefícios de penalidades contr.	2.142,93	7.023,05
696	Aumento de Provisões	13.712,85	796	Reduções de Amort. Prov. e Reservas	4.338,72	9.040,49
697	Corr. relat. a exerc. anteriores		797	Corr. relat. a exerc. anteriores		
698	Corr. relat. a exerc. anteriores		318,84 798	Outros prov. e ganhos extraordinários	24.215,28	14.387,60
699	Outros custos e perdas extraordinárias					
Resultados Extraordinários		16.978,61	29.835,92			
		30.696,93	30.451,14		30.696,93	30.451,14